



UM DOWN NAS MINHAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: O caso da escola Bruno Santin¹

FARIAS, Claiton¹
SPONCHIADO, Joana¹
DAMSCHI, Maria²

Data de protocolo: dd/mm/aaaa

Data de aprovação: dd/mm/aaaa (apenas versão final)

RESUMO

O espaço escolar, precisa apresentar as condições necessárias para receber os alunos em processo de inclusão, e também, averiguar se os educadores têm capacidade para desenvolver um bom trabalho voltado para um ensino de qualidade, tendo um atendimento especializado e adequado aos alunos em suas especificidades. O presente trabalho vem se mostrar de forma relevante, pois, por meio desse estudo se espera provocar outras inquietações, novos estudos sobre a inclusão das crianças com necessidades especiais dentro da escola, promovendo um ambiente acolhedor e favorável para o desenvolvimento dos mesmos. Tem como objetivo explorar o papel dos educadores no enfrentamento dos desafios que permeiam a educação inclusiva, ou seja, escolas para todos. A pesquisa é de cunho qualitativo, ocorrendo nas dependências da Escola Municipal Bruno Santin, situada na cidade de Santa Izabel do Oeste – PR., com 10 professores. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário e o método de análise dos dados teve por base a Análise Textual Discursiva (ATD). Nesse sentido, os dados coletados por este estudo, apontam que trabalhar com alunos especiais, que necessitem de métodos educacionais diferenciados para que se sintam incluídos, ainda é um grande desafio. Portanto, é preciso conscientizar e analisar as dificuldades que os professores encontram ao lidar com as dificuldades apresentadas por seus alunos, dando-lhes apoio e suportes necessários para realizarem suas tarefas educacionais.

Palavras chave: Inclusão. Equidade. Síndromes. Educação Inclusiva. Donw

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, como requisito parcial para a obtenção do grau, na Faculdade de Ampère – FAMPER.

² Orientadora.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho de pesquisa, tem como tema a Inclusão do Aluno com Síndrome Down no Ensino Regular. A escola é um espaço público onde a maioria dos alunos passa o seu tempo envolvido, é um dos locais que permite e produz a socialização e a aprendizagem.

A estrutura física da escola, bem como, a sua organização, manutenção e segurança, muito revela sobre a vivência que aí se acontece e a possibilidade de utilizar os seus vários espaços para mediar e auxiliar o processo de ensino.

A organização escolar, deve ser propícia à aprendizagem para que os alunos com necessidades especiais possam participar desse processo, nesse caso em específico, alunos com síndrome de Down.

Considerando a importância de organizar e planejar o espaço escolar e sua relevância para o processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais. É importante ressaltar que o espaço escolar, precisa apresentar as condições necessárias para receber esses alunos, e também, averiguar se os educadores têm capacidade para desenvolver um trabalho voltado para um ensino de qualidade, tendo um atendimento especializado e adequado aos alunos com em suas especificidades (MARTINS, 2011).

Portanto, este estudo pretende explorar o papel dos educadores no enfrentamento destes desafios, ou seja, escolas para todos, preparando os alunos ditos "normais" para se adaptarem à diversidade. Além disso, destaca-se a importância de aprender e investigar mais sobre o assunto com a intenção de demonstrar que os alunos com Síndrome de Down precisam da empatia, paciência e persistência por parte de seus professores, para assim, desenvolvam o seu processo de aprendizado de forma significativa. Mas, muitas escolas só se preocupam com a aprendizagem e ignoram o desenvolvimento humano que sabemos tem seu tempo, sem falar do desenvolvimento também das habilidades sociais dessas crianças, e não podemos pensar que a escola é apenas um lugar para brincar ou aonde os pais deixam seus filhos para poderem sair para o trabalho cotidiano. Portanto, neste grande processo de tolerância, o professor é uma ponte, e poder frequentar uma escola é um tempo muito valioso; atualmente podemos ver muitos alunos se adaptando às diferentes formas de interação com todos de seu entorno, desta forma, sentindo-se incluídos (BERGAMO, 2009).

Assim, o presente trabalho vem se mostrar de forma relevante, pois, por meio desse estudo se espera que de alguma forma possa provocar outras inquietações, novos estudos sobre a inclusão das crianças com necessidades especiais dentro da escola, promovendo um ambiente acolhedor e favorável para o desenvolvimento dos mesmos.

A pesquisa é de cunho qualitativo, segundo Ludke e André (1986), “essa metodologia tem bastante aceitação ao ser aplicada em pesquisas na área de ensino, ela permite extrair dados e tem como objetivo interpretar e compreender o fenômeno a ser estudado”.

A pesquisa ocorreu nas dependências da Escola Municipal Bruno Santin, situada na cidade de Santa Izabel do Oeste – PR., com 10 professores. Aos docentes envolvidos nesse processo, será garantido o seu anonimato, dessa forma, serão identificados por D1.1(D= Docente, o número representa o número do participante), D1, D2..., e assim sucessivamente de acordo com o número de participantes.

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário, instrumento esse que segundo Marconi e Lakatos (2003),

É constituído por perguntas que devem ser respondidas por escrito, as vantagens da utilização dessa técnica é que economiza tempo e possibilita a obtenção um número grande de dados, além disso, pode ser aplicado a um número maior de pessoas simultaneamente.

O questionário a ser aplicado será constituído por perguntas classificadas como abertas, que segundo essas autoras, são também chamadas de questões livres ou não delimitadas, aquelas em que o informante pode responder livremente, expressando sua própria opinião.

A abordagem para entrega dos questionários será feita no último semestre de 2021, na própria escola, com uma breve contextualização da pesquisa que está sendo desenvolvida. Os questionários serão entregues para os docentes na sala de aula e será dado um tempo para que respondam, logo após os mesmos serão recolhidos, para que sejam feitas as análises dos dados.

Posterior a aplicação dos questionários, o método de análise dos dados será pela Análise Textual Discursiva (ATD). Moraes (2003), afirma que “cada vez mais pesquisas qualitativas têm utilizado as análises textuais, visto que ao final da pesquisa a intenção é a compreensão e não comprovação ou refutar hipóteses”.

Sobre esse método, Moraes e Galiazzi (2006) garantem que a ATD assume um sentido específico, o processo se inicia com uma unitarização dos dados coletados, caracterizando assim a primeira etapa, em que os textos são separados em unidades de significados, depois passa-se para a segunda etapa, na qual se faz a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização, podendo aqui formar várias categorias. Essas categorias serão base para a última etapa que é a comunicação, feita de forma escrita para explicitar os resultados obtidos, por isso, os autores afirmam que, a ATD tem no exercício da escrita função mediadora na produção de significados e por isso, o pesquisador deve fazer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos.

A Síndrome de Down é uma anomalia causada pela existência de um cromossomo 21 que é encontrado em uma célula, contendo uma ou mais em cada pessoa. Nos demais subcapítulos, analisa-se a escola, o processo de aprendizagem e a inclusão desses alunos. Pois, a educação evolui e tem seu papel fundamental para qualquer ser humano, possuindo um espaço que favorece a todos os cidadãos acesso ao conhecimento e desenvolvimento, além disso a educação inclusiva, tem sido um grande desafio para os profissionais de educação, principalmente para os que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para alguns professores é uma tarefa bastante desafiadora, pois precisam de habilidades básicas para que o processo de ensino aprendizagem possa acontecer e evoluir. A educação inclusiva acolhe todos, sem exceção, além pois, abre a possibilidade de interação com o outro, ação essa, que é fundamental para esses alunos.

Em seguida, será realizada a descrição e a análise dos dados colhidos a partir dos questionários respondidos pelos professores. E na sequência, e não menos importante, será apresentada as considerações finais.

2 BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DO ALUNO COM SINDROME DE DOWN.

A síndrome de Down é uma anormalidade causada pela presença do cromossomo 21 encontrado nas células, contendo uma ou mais em cada pessoa. Por isso, é muito comum em recém-nascidos. Segundo Martins (2011, p.16), “[...] É considerada a patologia mais frequente, associada à deficiência intelectual, sendo responsável por cerca de 18% a 20% dos casos de déficits intelectuais existentes”.

A síndrome de Down, está relacionada à deficiência intelectual, pois há muito material genético no 21º par de cromossomos, o que traz limitações intelectuais às crianças.

Martins (2011, p. 27), cita ainda que, “A deficiência intelectual não se constitui em um grupo homogêneo, mas em um complexo conjunto de síndromes [...], decorrentes de fatores pré-natais (genéticos e congênitos), perinatais e pós-natais”. Como disse a autora, esses fatores do pré-natal são aqueles desde a concepção até o início do parto.

Crianças com síndrome de Down têm limitações, são mais lentas que as outras e demoram muito para amadurecer e para desenvolver a linguagem e, conseqüentemente compromete a aprendizagem. No entanto, eles podem desenvolver outras habilidades dentro de suas limitações. Segundo Voivodic, (2008, p. 46): “é necessário, porém, romper com determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com síndrome de Down resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio”.

Para entender como ocorrem alterações ou falhas genéticas no cromossomo 21, é importante entender a condição de cada célula humana, pois no núcleo de seus 46 cromossomos, ela se distribui em 23 pares de cromossomos, dos quais 22 são masculinos e 22 são femininos. De 1 a 22, em ordem decrescente e em relação ao seu tamanho, são chamados de autossomos. Portanto, os demais cromossomos são sexuais, identificados pelas letras X e Y, que são XX para mulheres e XY para homens. Nesse sentido, quando uma criança é concebida, ela recebe 23 pares de cromossomos do pai e 23 pares de cromossomos da mãe. Esses cromossomos carregam o material genético que moldará as características orgânicas, físicas, intelectuais e emocionais.

Muito foi escrito sobre a idade materna e Síndrome de Down, mas muito também se configura como folclore. Devo dizer inicialmente que a maioria das crianças com Síndrome de Down nascem de mães com idades entre dezenove e vinte e seis anos”. Porém considera-se que as mulheres com mais de 40 anos têm tendência a ter filho com anomalias cromossômicas, mas nesta faixa etária, as possibilidades de acontecer uma gestação, já são mais limitadas (STRATIFORT, 1997, p.73).

Destaca-se que, aproximadamente 80% das crianças com síndrome de Down nascem de mulheres com menos de 35 anos, mas a maior incidência da síndrome

de Down ocorre em mulheres mais velhas. Um em cada 400 bebês nascidos de mães com mais de 35 anos tem síndrome de Down.

Sendo que, essas crianças apresentam características físicas muito peculiares como; cabelos ralos e hipopigmentados, lábios finos, pálpebras abertas e pregas palpebrais nos cantos dos olhos, pregas únicas nas palmas, entre outras. Além disso, essas crianças, quando com menos de cinco anos, têm cérebros semelhantes aos de crianças normais, exceto, diferenciando-se pelo baixo peso e pelo seu desenvolvimento cerebral que é mais lento em comparação com crianças sem a síndrome, outra peculiaridade é a desaceleração que com mais proeminência em meninas, isso, acontece por volta dos três anos de idade, apresentando alterações gastrointestinais, cardíacas e pulmonares.

Schwartzman (1999 p. 47) relata que:

Há algumas evidências de que durante o último trimestre de gestação existe uma lentificação no processo da neurogênese (significação numa nota de rodapé). Apesar da afirmação, as alterações de crescimento e estruturação das redes neurais após o nascimento são mais evidentes e estas se acentuam com o passar do tempo.

A síndrome de Down ocorre com frequência, estimando-se que nascem no Brasil cerca de 8.000 crianças por ano, e que a população adulta chega a 100.000 portadores dessa síndrome.

Essa síndrome leva esse nome em homenagem ao seu descobridor, o médico John Langdon Down, que descreveu a síndrome por volta de 1866. Hoje, muitas pessoas com síndrome de Down fizeram progressos impressionantes e superaram obstáculos. Em todo o mundo, principalmente no Brasil, as pessoas com essa síndrome trabalham, estudam, recebem formação, moram sozinhas e se casam e também atuam na área de educação se destacando mais nas áreas das artes, principalmente na música. A melhor forma de coibir o preconceito é envolver a todos, incluindo escolas, famílias, comunidades e o mercado de trabalho.

2.1 BREVE CONTEXTO SOBRE A INCLUSÃO

A inclusão se faz presente em nosso cotidiano nos mais diferentes aspectos, sejam políticos, culturais, sociais, filosóficos e educacionais, buscando defender o direito desses indivíduos poderem estar nos espaços que almejam. A educação

inclusiva consiste em garantir ao aluno, seu acesso e permanência com um ensino de qualidade.

Segundo Moraes (2011), o “Movimento de Inclusão no Brasil surgiu no final da década de 80 e início de 90, possuía o intuito de eleger princípios e condições de acesso ao ensino igualitário às escolas”.

Esse movimento começou a ser discutido após a Conferência Mundial em Salamanca, onde foi pensado sobre as necessidades educativas diferenciadas. Nessa conferência, o Brasil se propôs a reformular o sistema, a fim de integrar cidadãos com necessidades especiais à educação de qualidade. Onde a Declaração de Salamanca (1994, pág. 16) diz que:

Toda criança possui o direito a uma educação de qualidade dentro de um nível adequado; ela possui necessidades e habilidades próprias; a criança especial deve ter acesso à escola regular com programas adequados e capazes de satisfazer as suas necessidades; a escola de ensino regular que possui uma direção inclusiva se torna uma sociedade acolhedora, que combate atos discriminatórios.

Desse modo, as escolas regulares devem propiciar mecanismos adequados e relevantes às situações inclusivas, fazendo com que ocorra de maneira efetiva.

Conforme a Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, a inclusão encontra-se vigente no Ensino Regular, necessita-se analisar os indivíduos inseridos neste meio, compostos por diversidades subjetivas. A partir de estratégias que a comunidade escolar desenvolve podendo auxiliar na socialização dos estudantes.

Segundo a Diretriz Nacional, deve-se garantir uma educação de qualidade, proporcionando aos alunos um ambiente que possa potencializar suas habilidades cognitivas, linguísticas, emocionais e sociais permitindo uma aprendizagem efetiva.

Além disso, a LDB nº 9394/96 em seu artigo 58, § 2º prevê aos alunos com condições específicas, que não consigam integração no ensino regular, tenham o direito de um atendimento educacional especializado para sua necessidade. No artigo 59, assegura-se currículos, metodologias, técnicas e recursos adaptados para atender as necessidades desses educandos.

Com o intuito de potencializar a inclusão de alunos especiais criaram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998), que ampara as adaptações curriculares individuais de cada aluno. Destaca-se, a resolução CNE/CEB nº 17/2001, que compõe as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e garante os direitos da Educação Especial.

A educação necessita buscar de forma progressiva a inclusão, onde defende o movimento baseado no princípio legal da "educação de qualidade para todos". Skliar (1997) cita que, "estar incluído significa sentir-se parte do mundo, estar compartilhando vivências e construindo conhecimentos".

O direito ao ensino, não se configura somente ao acesso do aluno no ambiente escolar, mas engloba sua participação e a aprendizagem adquirida em sua trajetória, visando contribuir para uma formação global dos estudantes.

Sendo assim, escola inclusiva tem como objetivo garantir qualidade do ensino a todos, sem exceções, reconhecendo e respeitando as divergências estabelecidas dos alunos neste meio.

Nery e Batista (2004) destacam sobre a importância de um processo de aprendizagem cooperativa, que respeite os distintos modos de aprender, considerando os diferentes ritmos, interesses, anseios e compreensões do mundo de cada aluno.

Diante disso, é importante o professor propor atividades que possam ser trabalhadas em grupos, onde os alunos com as mais diferentes especificidades de ser e de pensar, sejam capazes de compartilhar seus conhecimentos.

E para isso, é preciso direcionar à construção do ensino e aprendizagem, visando o progresso dos alunos, por meio da adaptação de metodologias eficientes, sabendo que cada um possui seu tempo e forma de aprender (OLIVEIRA, 2000).

Portanto, a escola juntamente com a equipe pedagógica deve assumir que as dificuldades são de ambos, não apenas do aluno. O ensino é resultado do modo que ele é construído, concebido, aprendido e avaliado.

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, tem a finalidade de trazer aos docentes e à equipe escolar desafios, pois demanda uma transformação desse espaço, tanto recebendo-os quanto em suas atuações, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Crochick (2011, pág 56):

Não basta a escola pensar as contradições existentes fora dos muros escolares, deve também reconhecê-las dentro de si. Os professores são agentes fundamentais da educação, e não é indiferente saber o que pensam acerca da educação inclusiva.

Vale ressaltar, que os professores são elementos essenciais para a escola numa perspectiva inclusiva, é importante que se compreenda como eles têm vivenciado esse processo cotidianamente em seu trabalho.

Ross (2004) ressalta que, a “resposta educativa é uma responsabilidade de todos os agentes pedagógicos, exigindo novas atitudes de todos” (p. 109). Nesse sentido, o docente que acredita na inclusão, vivencia a diversidade, respeitando seus alunos como seres potencialmente capazes, é um provocador de desafios, sabendo que as respostas educativas podem não ser iguais.

2.2 O PROCESSO DE ENSINO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DOWN

Para que possamos desempenhar melhor o nosso papel de educadores, devemos compreender, saber identificar e lidar com os vários tipos de deficiências e transtornos, barreiras e obstáculos, de forma a desenvolver e contribuir da melhor forma possível na formação dos nossos alunos.

Em algumas situações, é crucial que os professores atualizem suas práticas de ensino, especialmente quando persistirem algumas dificuldades de aprendizagem e compreensão por parte dos alunos. Pensando e analisando, percebe-se que há falhas na formação de professores que dificulta e impossibilita a identificação de problemas intelectuais nas salas de aula, e, portanto, pela falta de conhecimento, o professor tende a atribuir a reprovação ao aluno. Por isso, é importante que o professor estude e busque sempre mais conhecimentos que contribuam com um melhor aprendizado e, inclusive, fazendo uso de outros métodos que possibilitem e favoreçam a criança na assimilação e entendimento do conteúdo da melhor forma, compreendendo e respeitando assim, a sua personalidade (PALUDO, 2009).

Como formadora de alunos, a escola deve estar ciente da necessidade de fazer os ajustes necessários para ajudar as crianças com problemas de aprendizagem e resolver as carências que venham surgir durante a trajetória escolar dos alunos. Aqueles que acreditam seriamente nas possibilidades de todos os alunos com necessidades especiais, (independentemente de seu transtorno e/ou deficiência) têm a responsabilidade de participar do movimento para redefinir a abordagem curricular, para poder atender as suas necessidades de aquisição de conhecimento, para que todos se tornem participação ativa e integral dos cidadãos nos processos sociais e culturais (TABAQUIM, 2016).

No contexto brasileiro, percebemos que os educadores necessitam de uma formação inicial e contínua, de forma a aliar a teoria à prática, e a distinguir estratégias e métodos com os especialistas envolvidos, de forma que esta parceria possa produzir resultados positivos, minimizar as dificuldades de aprendizagem na vida do aluno e evitar o fracasso escolar. Portanto, as medidas de intervenção devem ser precisas e eficazes para as características que constituem a dificuldade de aprendizagem das pessoas com síndrome de Down (MEDEIROS, 2012).

É necessário que a comunidade escolar procure se informar, é necessário trocar informações sobre os alunos, planejar atividades e desenvolver ferramentas de avaliação específicas, buscando perspectivas sobre o andamento da relação entre a escola, família e comunidade com crianças com Down.

Entendemos que a educação igualitária deve estar atenta à heterogeneidade, pois a diversidade pode estimular a vitalidade do grupo, enriquecer as relações e interações e despertar o desejo dos alunos no seu compromisso pessoal de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a escola pode ser um espaço privilegiado de encontro com os outros, onde as diferenças devem ser respeitadas. Mas isso, só é possível quando as escolas atuam nesses ambientes de promoção do desenvolvimento global, utilizando estratégias de ensino adequadas a cada necessidade.

Espaço livre, convivência com o meio ambiente, alegria e harmonia devem existir em todas as atividades escolares, para que o corpo e a mente sejam privilegiados, e todos os esportes e inteligências se combinem (TABAQUIM, 2016).

Desta forma, não importa se a criança é considerada normal ou que necessita de atendimento educacional especial, o lúdico vem de encontro como uma vantagem, que pode ser a diversão proporcionada pela atividade tornando um ponto motivador que estimula a criança a superar as dificuldades que costumam ser intransponíveis em outras situações. Por isso, tanto na infância bem como, na adolescência, brinquedos e jogos podem surtirem de forma mais objetiva aos apelos cognitivos, pois, essa síndrome afeta também a coordenação motora, dificultando as atividades físicas, mas, quando as atividades são conduzidas de forma lúdica, pode tornar-se mais eficaz, colaborando com os alunos em seu de forma mais global na interessa do “ser”.

2.3 O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO

Não muito distante, as crianças com síndrome de Down eram consideradas incapazes de aprender e interagir no meio social, mas com a ampliação das políticas inclusivas e a sensibilidade das pessoas envolvidas nesse processo inclusivo, esses sujeitos podem desfrutar a oportunidade de vivenciar novos desafios em um ambiente social.

Por se tratar de um assunto muito complexo, não se pretendem responder a todas as questões geradas por essa pesquisa, mas sim percorrer um caminho para compreender os aspectos internos do processo de ensino e aprendizagem neste espaço específico de investigação.

Como sabemos, a utilização de diferentes materiais e métodos aplicados pelos professores, pode efetivamente mudar o pensamento das crianças sem ser afetada por suas limitações. Para Pereira (2007), considerando o fato de que uma criança com SD, pode ou não ser um ponto de transformação para a pessoa, sendo assim, dependerá da eficácia da estratégia (método) educacional utilizada no trato com esse indivíduo.

Entretanto, as habilidades de desenvolvimento que os professores podem visualizar nesses alunos são semelhantes às das outras crianças, porém os alunos com deficiência intelectual são "mais lentos", ou seja, possuem modos de aprendizagem diferenciados e por que não dizer, únicos, devido aos seus movimentos e limitações cognitivas.

A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características identitárias (COLL, 1995 apud VAIVODIC, 2011, p.61).

Compreendendo a complexidade que é incluir alunos com deficiência no ambiente escolar e o quanto esse fator contribui para o sucesso do processo de ensino, apontam-se os aspectos positivos e negativos nesse processo. Os aspectos positivos são: Diversidade no grupo, superação de novos desafios, novas experiências de vida, convivência com diferentes crianças, independentemente de serem deficientes, favorece o relacionamento intrapessoal e interpessoal, a troca de experiências e pode proporcionar aos profissionais envolvidos uma experiência maravilhosa. As desvantagens são: discriminação, falta de compreensão dos pais de pares, falta de treinamento aprofundado dos professores nas escolas regulares

tanto quanto os profissionais da APAEs, proteção excessiva dos pares e falta de apoio para atividades de registro por escrito.

No entanto, sabemos que a inclusão está caminhando lentamente, mas tem produzido resultados positivos para muitos agentes. No entanto, a falta de formação não é necessariamente só no espaço escolar, mas em todos os campos sociais é um entrave a um progresso maior.

Visto que a socialização e a aceitação podem ser fatores necessários no processo de ensino, percebe-se que o sentimento de que todos somos iguais, deve uma constância no fazer do professor, para que o aluno se sinta parte do processo e participe de todas as atividades propostas sem ser excluído por qualquer motivo.

2.4 O PAPEL DA ESCOLA X INCLUSÃO

A educação continua a desenvolver-se e a cumprir o seu papel fundamental na vida desses indivíduos, e ter um espaço propício chamado escola, onde o acesso é para todos os cidadãos e onde o conhecimento e o desenvolvimento são peças fundamentais de um mesmo processo, é no mínimo valoroso. É nesse espaço, que os alunos adquirem conhecimentos e também aprendem o conteúdo curricular, pautado em objetivos que visa o aprender para uma formação crítica, reflexiva e cognitiva dos alunos. No entanto, as escolas precisam se auto-organizar e garantir a boa qualidade do ensino, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento dos alunos, desde a educação básica até a preparação para ingressar no ensino superior se esse puder e quiser adquirir uma formação.

Portanto, a escola deve ser vista como um espaço para todos, buscando alternativas para todas as crianças e jovens. “A ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade”. (ARANHA, 2001, p.2).

Inclusão é conhecer os outros e poder compartilhar com pessoas que são diferentes de nós. Essa ideia continua a evoluir e mudar com o tempo.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p. 16).

De acordo com a autora, a inclusão escolar significa habilitar e melhorar mais a cada dia, a escola regular, ajudando assim todos os alunos com necessidades especiais.

A Constituição, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmos e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode se realizar em ambientes segregados (MANTOAN, 2003, p. 22).

O autor acredita que a educação é para todos, independentemente de raça, idade, sexo, tipo de necessidades especiais assegurando uma igualdade de oportunidades educacionais. Dessa forma, a educação inclusiva é um grande desafio para a sociedade e as escolas. O que se espera é uma boa educação para garantir que os chamados alunos “normais” e os alunos com necessidades especiais possam participar do conhecimento social da mesma forma.

A educação especial é designada para pessoas que necessitam de atendimentos diferenciados dos demais, porque são todos aqueles que precisam de métodos, procedimentos e recursos diferentes dos habituais utilizados na escola.

Pessoas com deficiência visual e auditiva, motora, de cognição, doenças crônicas, autismo, transtornos de personalidade, doenças mentais, síndrome de Down, desajustes sociais, etc., eram considerados doentes ao longo da história. As pessoas com necessidades especiais não eram respeitadas na antiguidade, pelo contrário, eram totalmente desrespeitadas, abandonadas independentemente das suas deficiências físicas ou mentais e viviam em condições sub-humanas.

O modelo inclusivo, tende a reconhecer que a sociedade está mudando a cada dia, portanto, lidar com a diversidade e as diferenças é um grande desafio para o sistema educacional, escolas e professores. Somos todos iguais, e diferentes também, por isso devemos considerar as necessidades e as diferenças como algo a ser enfrentado e respeitado por toda a sociedade.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para realização deste estudo, participaram da pesquisa dez professoras do ensino fundamental I, que trabalham ou já trabalharam com alunos com Síndrome de Down. Elas possuem idade entre 27 e 57 anos. Lembrando que as participantes responderam um questionário semiestruturado com 12 questões.

Primeiramente, buscou-se a diretora da escola para apresentar os objetivos dessa pesquisa, nessa conversa a gestora demonstrou disponibilidade para contribuir com a pesquisa.

Quando autorizada a realização da pesquisa, os pesquisadores reuniram-se com os professores da escola, a fim de explicar os objetivos do estudo e verificar quem poderia colaborar com o trabalho. Dez professoras de ensino fundamental se dispuseram a participar da pesquisa. Após as explicações, foi entregue as professoras os questionários para serem respondidos. O tempo de realização das perguntas foram em média, oito dias para devolvê-las preenchidos à pesquisadora.

As perguntas tiveram como ponto de partida os objetivos pretendidos por esta pesquisa, tendo como principal foco a reflexão do trabalho do professor de ensino fundamental no âmbito da educação inclusiva, a fim de analisar as principais questões, desafios, anseios e dúvidas destes profissionais em relação à construção de ensino e aprendizagem de alunos com Síndrome de Down.

Os dados coletados por meio do questionário foram analisados e interpretados, procurando descrever as respostas fornecidas pelas participantes. A discussão dos dados foi fundamentada por meio da leitura dos autores que compõem o embasamento teórico deste estudo. Portanto segue as discussões acerca das respostas.

Na primeira categoria de perguntas as participantes foram indagadas sobre suas respectivas formações. Todas possuem especialização voltada ao ensino inclusivo.

Quando questionadas sobre se a escola em que ministravam aulas incentiva a participação dos professores em cursos específicos relacionados à educação dos alunos com necessidades especiais, as professoras, de forma unânime, compartilharam da ideia de que há incentivo da escola, porém sem a oferta efetiva da formação continuada.

De acordo com Bergamo (2009, p. 61):

A escola inclusiva necessita de professores qualificados e capazes de planejar e tomar decisões, refletir sobre a sua prática e trabalhar em parcerias para responder respostas adequadas a todos os sujeitos que convivem numa escola. Portanto não basta a titulação. A formação dos profissionais é essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que a tarefa de ensinar implica.

Ressalta-se que ao que se analisou-se das respostas, as profissionais relatam a importância do envolvimento de diretores, professores, funcionários da escola e família no planejamento de estratégias voltadas à inclusão. O gestor da escola tem o papel principal de atrelar-se na organização de rodas de conversas pedagógicas e estimular os professores a participarem de orientação e formação continuada, procurar apoio de especialistas que possam fornecer suporte e apoio para os profissionais que ensinam as crianças com necessidade especiais no ensino regular.

Em seguida, as outras categorias de perguntas iam de encontro as questões de estrutura física, de planejamento educacional pedagógicos e de materiais de apoio para se trabalhar com a educação inclusiva e quais as dificuldades encontradas

Todas responderam que a escola possui vários recursos pedagógicos voltados a inclusão. Nesse sentido a escola vai de encontro ao que Blanco (2004, p. 292) cita:

Uma escola para a diversidade implica o aproveitamento máximo dos recursos materiais e humanos disponíveis e sua organização adequada. É preciso chegar a acordo sobre os critérios que devem orientar a seleção, a aquisição e a elaboração de materiais que facilitem o processo de ensino e de aprendizagem de todos os alunos da escola.

Ao serem questionadas acerca das principais barreiras que dificultam a inclusão de alunos a principal barreira é a falta de especialização para atuar em educação inclusiva. Elas ressaltaram, também, que não foram preparadas para atender às necessidades específicas desses alunos.

De acordo com Rabelo e Amaral (2003, p. 213), “o governo deve subsidiar a qualificação do corpo docente e técnico da rede de ensino, para prestar atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais”. Diante disso, pode-se concluir que a educação inclusiva de qualidade é aquela que oferta, além da capacitação adequada dos profissionais, um ensino de qualidade a todos sem qualquer preconceito, e que tem por base a equidade. Preparando assim, todos os alunos para serem pessoas críticas, reflexivas, capazes de desenvolverem habilidades para atuarem de forma efetiva na sociedade.

Ainda, as professoras foram questionadas se na escola em que trabalham, há um planejamento educacional pedagógico para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Como resposta, todas as docentes

compartilharam da ideia de que na escola o planejamento inclui estratégias voltadas ao aluno com necessidades especiais. Portanto, a escola está de acordo com os termos da Declaração de Salamanca (1994):

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Tendo em vista o exposto acima, pode-se afirmar que, quando a escola oferece um planejamento adequado as especificidades dos alunos, essa potencializa o ensino significativo, pois ensinar é procurar encontrar várias metodologias e tempos de aprendizagem, escolher didáticas diferenciadas para cada um; prover materiais adequados, criar um ambiente agradável para o processo de aprender, além de ofertar ao aluno um currículo diferenciado, com uma avaliação que vá de encontro as suas particularidades.

Quando perguntadas sobre se buscam, em sala de aula, utilizar propostas pedagógicas que atendam às reais necessidades e especificidades do aluno com Síndrome de Down, as professoras de maneira geral afirmaram que utilizam de imagens, recortes de palavras para formar frases, utilização de jogos e atividades lúdicas, atividades que envolvem todos alunos, promovendo a interação entre eles.

Nesse sentido, entende-se que a formação e o desenvolvimento profissional são condições importantes para que a inclusão aconteça com positividade:

Deve ficar claro que bons mediadores de classe são fruto de aprendizagem, eles não nascem bons. Sempre há aqueles poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram muita pouca capacitação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemáticas. Entretanto, a maioria dos professores precisa de uma capacitação adequada para um bom manejo das aulas (STAINBACK, 2008, p. 336).

Assim, conclui-se que, a ausência de preparo dos docentes é um obstáculo, mas não um fator determinante para impedir a inclusão dos alunos com síndrome de Down. Lembrando ainda que, o professor mediador necessita estar ciente de sua responsabilidade e da seriedade do seu papel no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Foi proposto às profissionais, que elas registrassem, relatassem como percebiam a socialização dos alunos em sala de aula regular em relação aos alunos com Síndrome de Down. Todas afirmaram que a convivência é muito boa, que aceitam e até auxiliam os alunos com Down, e que além disso, muitas utilizam brincadeiras e dinâmicas que auxiliam nessa interação. Silva (2000, p. 92) argumenta que:

Entendendo os seres como distintos uns dos outros e situando a identidade nessa distinção, não caberia nenhum tipo de discriminação, nem tampouco uma política de exclusão das diferenças. A diferença (a distinção) passa a ser, nesta visão, uma característica comum a espécie humana.

Por meio do questionário, foi pedido, também, que as professoras falassem sobre o que sentiram em seu primeiro contato com um aluno com Síndrome de Down. Todas responderam que se sentiram angustiadas, por não se sentirem preparadas para atender às necessidades desses alunos, no entanto foram buscando conhecimento por conta própria e relataram que foi satisfatório trabalhar com alunos com Síndrome de Down.

Quando indagadas sobre que considerações poderiam fazer sobre a inclusão escolar de alunos com Síndrome de Down na escola regular, as professoras responderam que em geral, a inclusão ainda é muita teoria e pouca prática, pois os professores ainda não estão tendo as orientações e o apoio necessário para atender a essa demanda. Nesse contexto, é preciso que as instituições de ensino criem condições para que todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, possam atuar efetivamente nesses espaços. Cabe mencionar aqui o que diz Mantoan (2003, p. 31):

Infelizmente, ainda não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores.

Sobre a importância da interação entre família e escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down. As participantes da pesquisa destacaram que é fundamental que os pais auxiliem a escola nesse processo e que formem uma rede de apoio, para o sucesso da educação desses alunos.

Portanto, Kelman (2010, p. 40) assegura que “a família é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Suas experiências dentro do seio familiar o marcarão por toda a vida”. Na opinião de Barros e Menezes (2010, p. 49-50):

A família deve ser motivada a colaborar e participar do programa educacional, pois a qualidade de interação, entre pais e filhos produz efeitos importantes no desenvolvimento das áreas cognitivas, linguísticas e socioemocionais das crianças com SD. É comum observarmos na criança Down alterações severas de internalizações de conceitos de tempo e espaço, que dificultarão muitas aquisições e refletirão especialmente em memória e planificação, além da aquisição de linguagem.

Ao serem questionadas sobre os principais desafios, questões, dificuldades, anseios e dúvidas em relação ao trabalho docente com alunos com Síndrome de Down, as professoras destacaram a falta de experiência, e de formação continuada para os profissionais dessa modalidade.

Por fim, a última questão solicitava que as participantes, descrevessem recomendações para um professor que vai atuar em sala de aula com o aluno com Síndrome de Down. As respostas foram de encontro a procurar compreender as necessidades desses alunos, ter um olhar sensível, amor e paciência, buscando sempre informações e auxílio, sempre que necessário, também utilizar a ludicidade e muitas atividades em grupo para desenvolver e trabalhar as questões sociais, com isso tudo, elas afirmam que utilizando métodos que venham de encontro com o afetivo os alunos sentem-se mais seguros e incluídos.

4 CONCLUSÃO

Todas as etapas da pesquisa foram de grande importância para o entendimento da temática proposta, pois proporcionaram saberes formidáveis sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down em escolas regulares.

Através das respostas das professoras participantes desta pesquisa, foi possível compreender e analisar os desafios presentes na educação de alunos com Síndrome de Down e as diversas dificuldades que os profissionais encontram para atender às especificidades desses alunos.

Nesse sentido, os dados coletados por este estudo, apontaram que trabalhar com alunos especiais, que necessitem de métodos educacionais diferenciados para que se sintam incluídos, ainda é um grande desafio. Portanto, é preciso

conscientizar e analisar as dificuldades que os professores encontram ao lidar com as dificuldades apresentadas por seus alunos, dando-lhes apoio e suportes necessários para realizarem suas tarefas educacionais.

Entende-se ainda, que não é apenas a escola, mas sim toda a sociedade que deve ter um olhar mais sensível e humano perante as particularidades das crianças inclusas.

Compreende-se, portanto, que o papel da escola e família junto é de extrema valia para a efetiva inclusão social. Acredita-se assim, que as singelas alterações nas atitudes dos profissionais de educação, da sociedade, das crianças e famílias perante aos portadores de Síndrome de Down, pode potencializar a construção de uma sociedade diferente sem preconceitos, para contribuirmos na aprendizagem significativa desses aprendentes.

Por fim, estima-se que divulgar estas pesquisas e apropriar-se dos resultados nas escolas é tarefa de cunho coletivo, de pesquisadores, revistas acadêmicas e sistemas de ensino para maior sensibilização, participação dos alunos com Down e aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento. Espera-se que o trabalho realizado neste artigo incorpore pesquisas na área de ensino, colaborando assim, com a temática da inclusão, auxiliando o aluno com Down a aprender com metodologias diferentes, o mesmo conteúdo que os demais alunos estão trabalhando em sua sala de aula, e que conseguiremos um melhor resultado através da afetividade, e da socialização, facilitando a compreensão do meio em que está inserido, e melhorando a forma de incluí-lo de maneira efetiva no cotidiano da sala de aula.

REFERÊNCIAS (conferir ABNT- PADRONIZAR NOME (ABREVIAR TODOS ENTÃO))

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão social e municipalização**. In: Novas Diretrizes da Educação Especial. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

BARROS, M. L. L; MENEZES, D. J. de. A criança com Síndrome de Down e as dificuldades de aprendizagem. **Revista Pedagógica**, ano XIII, n. 52, p. 48-50, nov. 2009.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Pesquisa e prática profissional: Educação especial.** Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

BLANCO, Rosa. **A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo.** In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

CROCHICK, José Leon; et al. Análise de atitudes de professores do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n. 3, p. 565-582, set./dez. 2011. Acesso em: dia 21 de abril de 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.** Espanha: Salamanca, 1994.

KELMAN, C. A. **Sociedade, educação e cultura.** In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: Editora UnB, 2010. MACIEL, D. A.; RAPOSO, M. B. T. Metodologia e construção do conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: Editora UnB, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Fundamentos em educação inclusiva. Natal: Editora UFRN, 2011.

MEDEIROS, Maria Celina Gazola. O que os professores conhecem sobre Dislexia e o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. SESI-SP Editora, São Paulo, 2012.

MORAES, R. GALIAZZI, M. C.. **Análise Textual Discursiva.** 2. Ed. Ver. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

NERY, C. A; BATISTA, C. G. **Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: Um estudo de caso.** Paidéia, 2004, 14(29), 287-299.

OLIVEIRA, I. B. **Alternativas curriculares e cotidiano escolar.** In: CANDAU, Vera Maria. (org.) Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 183-190.

PALUDO, Marisa Kuhn; BITENCOURTT, Maria das Graças. Dislexia: Dificuldade de aprendizagem e o papel da escola. **Revista Científica Multidisciplinar UNIMEO**, Paraná, n. 2, p. 39-42, 2009.

RABELO, Annete Scotti; AMARAL, Inez Janaina de Lima. **A formação do professor para a inclusão escolar**: Questões curriculares do curso de Pedagogia. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S.; SOUZA, Luciana Freire E. C. P. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

ROSS, Paulo. **Fundamentos Legais e Filosóficos da Inclusão na Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2004.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Nara Liliana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Síndrome de Down: etiologia caracterização e impacto na família. **Revista Interação em Psicologia**, jul./dez. 2002.

SKLIAR, C. (Org.) Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação. 1997. **Estudos surdos e estudos culturais em educação**.

STAINBACK, S. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STRATIFORT, Brian. **Crescendo com a Síndrome de Down**. Tradução: Lucia Helena Reilly; Revisão: Viviane Veras; Revisão técnica: A. Fernando Ribeiro, Ulysses Moraes de Oliveira. Brasília: Corde, 1997.

TABAQUIM, Maria de Lourdes Merighi et al. Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 245, p. 131-146, Apr. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000100131&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de julho de 2021. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/368214020>.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Declaração

Eu acadêmica Joana Sponchiado portadora do RG 12.506.837-5 e eu Claiton Farias portador do RG 10.844.597-1 devidamente matriculadas no Curso de Pedagogia da FAMPER- Faculdade de Ampére

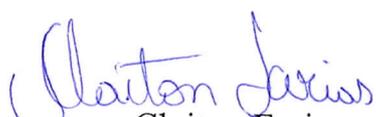
Apresentamos na data de o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC em forma de artigo, por nós elaborado, sob orientação da professora Maria da Graça Damschi.

Declaramos que qualquer uma das escribas deste trabalho podem o apresentar em eventos da Faculdade de Ampere – FAMPER, ou em outros espaços de escrita acadêmica e publicação.

Estamos cientes da importância da escrita acadêmica, visto que o curso de Pedagogia, sempre a incentivou em diversas disciplinas, com ênfase nas Disciplinas de Seminários, Estágios Supervisionados, Estudos e Pesquisa entre outras disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Cientes disso declaramos a autonomia das escritoras para posterior publicação.

Ampére, 10 de dezembro de 2021.


Claiton Farias


Joana Sponchiado